A/c

Exmo./a Senhor/a Ministra da Saúde Professora Doutora Ana Paula Martins

C/c

Exmo./a Senhor/a Presidente do Conselho de Administração da ULS de Gaia/Espinho, EPE Dr./a Luís Matos

Sua Ref^a. Data: Nossa Ref.^a: 183/2025 Data: 19.11.2025

ASSUNTO: Pedido de esclarecimentos sobre a Proposta de Reclassificação dos Serviços de Pediatria/Neonatologia e Cirurgia Pediátrica da ULS Gaia/Espinho na Rede de Referenciação Hospitalar em Pediatria

O Sindicato dos Médicos do Norte (SMN), filiado na Federação Nacional dos Médicos (FNAM) tendo tomado conhecimento da <u>Proposta de Revisão da Rede de Referenciação Hospitalar em Pediatria</u>, vem por este meio solicitar esclarecimentos formais sobre o ponto de situação do processo, nomeadamente:

- Os fundamentos técnicos que justificariam a eventual reclassificação dos Serviços de Pediatria/Neonatologia e de Cirurgia Pediátrica da ULSGE de Nível IIb para Nível IIa;
- O calendário previsto para decisão final;
- A forma como os contributos enviados pela ULSGE foram considerados.

A análise do SMN-FNAM da referida proposta suscita profunda preocupação, uma vez que o documento técnico elaborado pelos serviços da ULSGE evidencia, de forma clara e objetiva, que esta unidade cumpre integralmente todos os critérios definidos para Nível IIb, apresentando ainda valências e diferenciação que excedem os requisitos estabelecidos.

1. Capacidade instalada e diferenciação que justificam Nível IIb

- Volume assistencial robusto e crescente, com 34.696 consultas em 2024 (+51% face a 2018).
- Serviço de Urgência Pediátrica 24h/7 dias, com 40.712 atendimentos/ano.
- Internamento de Pediatria e de Curta Duração, com capacidade para patologias complexas.
- Unidade de Cuidados Intensivos e Intermédios Neonatais, com capacidade para RN ≥24 semanas, cumprindo integralmente os critérios neonatais de nível diferenciado.
- **Cirurgia Pediátrica presente e operacional**, elemento obrigatório para Nível IIb e inexistente em várias unidades classificadas com esse nível noutras regiões.

• **Diferenciação em múltiplas subespecialidades**, incluindo Endocrinologia altamente diferenciada, Neuropediatria, Alergologia, Neurodesenvolvimento, Pneumologia com técnicas avançadas, Gastroenterologia, Infeciologia, Metabolismo, Nefrologia, Hematologia, Reumatologia, entre outras.

2. Relevância populacional e impacto regional

- A ULSGE serve cerca de 57.500 crianças e adolescentes nos concelhos de Gaia e Espinho.
- Funciona como referência para uma população indireta de 60.000-80.000 habitantes da região Entre Douro e Vouga, incluindo cerca de **20.000-25.000 crianças adicionais**.
- A desclassificação colocaria esta população perante perda de acesso a cuidados especializados de proximidade.

3. Consequências negativas previstas

Identificam-se consequências graves e prejuízo para:

- **Utentes e famílias**, com aumento de deslocações, custos, tempos de espera e quebra de continuidade assistencial.
- **Serviços de Nível III**, nas ULS de São João e de Santo António, no Porto, que seriam sobrecarregados com doentes que atualmente são bem acompanhados na ULSGE.
- **Recursos humanos**, com risco real de desmotivação e perda de médicos altamente diferenciados.
- **Ensino e investigação**, atividades estruturantes desenvolvidas no âmbito das idoneidades formativas existentes.

4. Inexistência de critérios técnicos que justifiquem a desclassificação

A ULSGE demonstra possuir capacidade igual ou superior a outras ULS classificadas como IIb, sendo inclusivamente considerada Nível IIIa em Neonatologia na rede neonatal em consulta pública.

Não se identifica, qualquer indicador assistencial, demográfico, estrutural ou de resultado que sustente uma redução de nível.

Face ao exposto, somos a solicitar:

- Quais os critérios técnicos concretos utilizados para propor a reclassificação da ULSGE para Nível IIa.
- 2. **Como foram ponderados os dados objetivos** enviados pela ULSGE que demonstram cumprimento rigoroso dos critérios de Nível IIb.
- 3. **Se existe intenção de reavaliar a proposta**, tendo em conta o impacto substancial sobre a população pediátrica da região.
- 4. **Qual o calendário previsto** para decisão e divulgação pública da versão final da Rede.
- 5. **Que mecanismos serão assegurados** para garantir equidade no acesso a cuidados pediátricos especializados caso a reclassificação avance.

Tendo em conta a relevância clínica, social e organizacional do tema, exigimos uma resposta formal, detalhada e por escrito, em prazo célere e devidamente justificado.

Com os nossos melhores cumprimentos,

P'la Presidente da Comissão Executiva do SMN

Joana Bordalo e Sá